



Parcerias Público-Privadas, financiamento e inovações
jurídicas para transformar o Brasil



A educação projeta um futuro melhor, mas só floresce quando sustentada por uma infraestrutura social cuidadosamente planejada, bem mantida e regulada com extremo rigor. A obra *Infraestrutura Social e Educação: Parcerias Público-Privadas, Financiamento e Inovações Jurídicas para Transformar o Brasil* reúne a equipe jurídica de excelência do Centro Avançado de Direito Público e Infraestrutura (CDP) do Dal Pozzo Advogados — advogados reconhecidos pela precisão técnica e pela experiência prática — para demonstrar, de forma clara e propositiva, como Parcerias Público-Privadas, modelos contemporâneos de governança e marcos regulatórios robustos podem expandir vagas, elevar a qualidade do ensino e atrair investimentos sustentáveis. Amparados em experiências concretas — como o projeto pioneiro desenvolvido para o Estado de São Paulo —, dados empíricos e sólido rigor dogmático, os autores demonstram que segurança jurídica e eficiência administrativa são alavancas de transformação social em larga escala. Leitura indispensável para gestores, advogados, economistas e todos os que acreditam que mudar o Brasil começa por aperfeiçoar a forma como o Estado garante, administra e aprimora a infraestrutura educacional.

Augusto Neves Dal Pozzo
Coordenador

INFRAESTRUTURA SOCIAL E EDUCAÇÃO

Parcerias Público-Privadas,
financiamento e inovações
jurídicas para transformar o
Brasil

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro
DIREITO DA INFRAESTRUTURA. DIREITO
PÚBLICO. INFRAESTRUTURA SOCIAL.

Palavras-chave
INFRAESTRUTURA SOCIAL. CONCESSÃO.
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. DIREITO
ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO.
GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DE CONTRATOS.
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3957

I43 Infraestrutura social e educação: parcerias público-privadas, financiamento e inovações jurídicas para transformar o Brasil / Augusto Neves Dal Pozzo (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

205p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0907-8

ISBN digital 978-85-450-0906-1

1. Infraestrutura social. 2. Concessão. 3. Parcerias público-privadas. 4. Direito administrativo contemporâneo. 5. Governança e regulação de contratos. 6. Desenvolvimento educacional. I. Dal Pozzo, Augusto Neves. II. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DAL POZZO, Augusto Neves (coord.). *Infraestrutura social e educação: parcerias público-privadas, financiamento e inovações jurídicas para transformar o Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 205p. ISBN 978-85-450-0907-8.

Augusto Neves Dal Pozzo

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Fundamentos do Direito Público da Faculdade de Direito da PUC-SP. Professor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* em Direito Administrativo da PUC-SP. *Visiting Professor* na Universidade de Roma I – “La Sapienza”. *Research Assistant* do Professor Mangabeira Unger na Harvard Law School. Pesquisador convidado na Universidade de Paris I – “Panthéon-Sorbonne” e na Universidade de Paris II – “Panthéon-Assas”. *Visiting Scholar* na Università Bocconi, na Itália. Membro da European Public Law Organization (EPLO). Chefe do Departamento de Direito Público da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Advogado e Parecerista. Sócio-fundador do Dal Pozzo Advogados.

APRESENTAÇÃO.....	13
INFRAESTRUTURA SOCIAL E REGIME JURÍDICO DA DELEGAÇÃO DA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PEDAGÓGICOS A PARTICULARES: ASPECTOS LEGAIS, DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS	17
Augusto Neves Dal Pozzo, Evane Beiguelman Kramer, Bruno José Queiroz Ceretta.....	17
1 Introdução.....	17
2 Contexto constitucional da educação pública: direito e dever ...	19
3 Decreto Estadual n. 68.597/2024 e relação com competências legislativas e outros dispositivos legais.....	20
3.1 Conteúdo do decreto.....	20
3.2 Competências legislativas	21
3.3 Relação com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	22
4 Delegação da gestão e operação de serviços não pedagógicos...	22
4.1 Princípios e interpretação: um desafio permanente	23
4.2 Estabelecimentos públicos e privados de ensino	23
4.3 Integração entre os setores público e privado	25
4.4 Os instrumentos de terceirização e de delegação	26
4.5 O caso das “escolas conveniadas” (<i>charter schools</i>) e o Projeto de Lei n. 573/2021 do Município de São Paulo	26
5 Judicialização da gestão escolar: exame de repertório processual	30
6 Conclusão.....	33
Referências	34
GOVERNANÇA E REGULAÇÃO NA INFRAESTRUTURA ESCOLAR: MODELOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	37
Camila Pereira Mendonça, Renan Marcondes Facchinatto	37
1 Introdução.....	37
2 Os Contratos de PPPs como política pública de incentivo ao ensino básico escolar	40
3 A importância da estruturação de modelos de governança e regulação como forma de garantir a efetividade das PPPs em infraestrutura escolar	44
4 Considerações finais.....	47
Referências	48
PRINCÍPIO DA CORTESIA: RESGATE HISTÓRICO E APLICAÇÃO PRÁTICA	51
Isabela Zultanski Ribeiro Santos, Victor Gonzalez Jeronimo	51
Apresentação.....	51
1 Contexto histórico e formação do princípio da cortesia na Administração Pública.....	52
2 Aplicação do Princípio na CF/88 e sua relação com outros princípios	55
2.1 Relação com o Princípio da Moralidade	55
2.2 Relação com o Princípio da Eficiência	56
2.3 Relação com o Princípio da Publicidade	56
2.4 Relação com o Princípio da Impessoalidade	56
3 Interesse do cidadão como usuário final.....	57
4 Intersecção entre público-privado.....	59

Referências	64
MECANISMO DE PAGAMENTO E GARANTIA PÚBLICA EM CONTRATOS DE PPP DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR.....	65
Renan Marcondes Facchinatto	65
1 Introdução.....	65
2 Fontes de financiamento da educação.....	69
2.1 Salário-educação	69
2.2 Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb.....	75
3 Contraprestação e garantia pública	77
3.1 Contraprestação e o artigo 6º da Lei de PPP.....	77
3.2 Garantia e o artigo 8º da Lei de PPP	78
4 Aplicação prática	79
Referências	85
AS PPPS COMO INSTRUMENTO PARA INCREMENTO DA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL E DE MELHORIA NA GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO	87
Adriane Maria Gonçalves, Percival José Bariani Junior	87
Referências	98
AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO INSTRUMENTOS DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	99
Beatriz Neves Dal Pozzo Cunha, Victor Silveira Martins	99
1 Introdução.....	99
2 As PPPs no setor de educação: viabilidade jurídica	100
3 <i>Value for money</i> nos projetos de PPPs em educação	104
4 As perspectivas de melhorias na qualidade do ensino	109
5 Conclusão.....	111
Referências	112
O PAPEL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA TRANSFORMAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA	115
Giullie Naomi Futenma, Giulliane Leonel Braga	115
1 Introdução.....	115
2 PPPs como alternativa para o problema da infraestrutura	118
3 Análise da qualidade do ensino e a inclusão social como forma de combate à evasão escolar.....	120
4 Caso Belo Horizonte: o aumento de vagas e oportunidades por meio da construção de escolas no Contrato de Concessão n. 01/2012.....	124
5 Considerações finais.....	127
Referências	128
A IMPORTANTE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE PRIMORDIAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs) NO SETOR DA EDUCAÇÃO	131
Maria Carolina Soares Fontes Ferracini, Maria Luiza Soares Fontes Ferracini	131
1 Introdução.....	131
2 Histórico da educação infantil no Brasil	132
3 Desenvolvimento do espaço físico na educação infantil a partir da disposição do PNE e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	133
4 A implantação das parcerias público-privadas (PPPs) no setor da educação infantil	135
5 Recursos destinados à educação e sua utilização em PPPs de educação.....	136
5.1 Fundeb.....	137
5.2 Salário-educação	140

5.3	FPE e FPM.....	141
5.4	Utilização dos recursos de financiamento em PPPs de educação.....	143
6	Considerações finais.....	153
	Referências	153

IMPACTOS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA INFRAESTRUTURA E NA ARQUITETURA ESCOLAR: REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

	Giovanna Mello Catelan, Isabella Azevedo Paganin.....	157
1	Panorama da Infraestrutura da educação básica no Brasil.....	157
2	Impacto da qualidade do espaço físico das escolas no aprendizado.....	160
3	PPPs como alternativa aos problemas no cenário educacional brasileiro vigente	163
4	Conclusão.....	168
	Referências	170

A DEMOCRATIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL: GARANTIA DO INTERESSE PÚBLICO E DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....

	João Negrini Neto, Henrique Olivalves Fiore	171
1	Introdução.....	171
2	Democratização das contratações públicas: conceito e reflexos na legislação.....	172
3	Infraestrutura social: conceito e atributos	174
4	A essencialidade da democratização das contratações públicas para realização do interesse dos beneficiários.....	176
5	Conclusão.....	178
	Referências	179

A COMUNIDADE ESCOLAR SEGUNDO O DECRETO N. 68.597, DE 10 DE JUNHO DE 2024, E NOVOS PARADIGMAS PARA AS CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA.....

	Henrique Olivalves Fiore, Vinicius Mendonça Castro Alves Siqueira ..	181
1	Introdução	181
2	Distinção jurídica entre serviço público e atividade de infraestrutura: fundamentos e aplicação no contexto educacional.....	183
3	A subsunção da infraestrutura educacional ao regime jurídico das parcerias público-privadas	185
4	Comunidade escolar: conceito e contextualização jurídica	190
5	Comunidade escolar como beneficiária da atividade de infraestrutura.....	193
6	Conclusões	196
	Referências	199

SOBRE OS AUTORES.....

201

Adriane Maria Gonçalves

Pós-Graduada em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Felipe Bacellar. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Advogada com grande experiência e atuação especializada juntos aos Tribunais de Contas. Experiência e atuação no consultivo e contencioso administrativo, com foco na assessoria jurídica de empresas privadas em suas relações com o Poder Público, com expertise em gestão de contratos públicos de prestação de serviços e infraestrutura, consultoria jurídica em geral e contencioso estratégico.

Augusto Neves Dal Pozzo

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Fundamentos do Direito Público da Faculdade de Direito da PUC-SP. Professor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* em Direito Administrativo da PUC-SP. *Visiting Professor* na Universidade de Roma I – “La Sapienza”. *Research Assistant* do Professor Mangabeira Unger na Harvard Law School. Pesquisador convidado na Universidade de Paris I – “Panthéon-Sorbonne” e na Universidade de Paris II – “Panthéon-Assas”. *Visiting Scholar* na Università Bocconi, na Itália. Membro da European Public Law Organization (EPLO). Chefe do Departamento de Direito Público da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Advogado e Parecerista. Sócio-fundador do Dal Pozzo Advogados.

Beatriz Neves Dal Pozzo Cunha

Advogada, sócia e CEO do Dal Pozzo Advogados. Atua na liderança da estratégia e do desenvolvimento do escritório, com foco em gestão, expansão comercial e geração de valor para os clientes. É cofundadora do SER.A.CEO, coletivo que promove a liderança feminina na advocacia. Tem formação executiva em Liderança, Estratégia e Gestão pela FGV-SP e pelo Insper. É pós-graduada em Processo Civil pela PUC-SP e em *Diritto Processuale Civile* e *Diritto Amministrativo* pela Facoltà di Giurisprudenza da Università degli Studi di Milano.

Bruno José Queiroz Ceretta

Professor de disciplina do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo. Professor assistente substituto da Especialização em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Direito pela Universidade de Roma I – “La Sapienza”. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador convidado na Universidade de Paris I – “Panthéon-Sorbonne” e na Universidade de Paris II – “Panthéon-Assas”. *Visiting Scholar* na Università Bocconi, na Itália. Advogado.

Camila Pereira Mendonça

Gestora da equipe de Contencioso Judicial, com foco em Licitações e Contratos Administrativos. Advogada cursando Especialização (*lato sensu*) em Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Especialista em Direito Processual e Civil pela Escola Paulista de Direito. Cursou a matéria de Acordos Administrativos do programa de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito de São Paulo – USP. Advogada formada pela Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Ampla experiência em Direito Público, especificamente em ações judiciais envolvendo Licitações e Contratos da Administração Pública, nos setores de Rodovias, Transporte Coletivo e Saneamento Básico. Autora dos textos “Legitimidade para firmar Acordos de Leniência”, “O Diálogo Competitivo na Nova Lei de Licitações: regramento, avanços e desafios” e outros.

Evane Beiguelman Kramer

Doutora em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi Chefe de Gabinete e Secretária Adjunta da

Justiça do Estado de São Paulo entre 2005 e 2006. Sócia do Dal Pozzo Advogados, especialista em Contencioso de Direito Público. Professora de Direito Processual Civil e Prática Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi membro da Comissão de Gestão do Judiciário na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. Membro do Instituto de Advogados de São Paulo (IASP).

Giovanna Mello Catelan

Advogada formada pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Possui experiência nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Administrativo, com ênfase em contratos de concessão e reequilíbrio contratual. Assistente pela PUC-SP nas disciplinas de Direito Processual Civil e Direito e Gênero. Cofundadora da organização sem fins lucrativos, voltada à educação popular, “Partilhar Justiça”.

Giulliane Leonel Braga

Advogada formada pela FADI – Faculdade de Direito de Sorocaba, com especialização em Direito Civil e Processo Civil. Tem experiência nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Administrativo, com ênfase em contratos administrativos e concessões no setor de infraestrutura. Advogada do Contencioso Judicial do Dal Pozzo Advogados.

Giullie Naomi Futenma

Advogada. Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela Fundação Getúlio Vargas e formada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – FDSBC. Tem experiência nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Administrativo, com ênfase em contratos de concessão e reequilíbrio contratual. Advogada da área de contencioso judicial do Dal Pozzo Advogados.

Henrique Olivalves Fiore

Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com experiência em Direito Administrativo. Atuação no consultivo e contencioso administrativo, auxiliando clientes na participação de projetos de obras públicas e de concessão de serviço público, bem como na gestão de contratos administrativos. Também tem experiência em Direito Processual Civil, com foco em insolvência e recuperação de crédito.

Isabela Zultanski Ribeiro Santos

Advogada formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Iniciou sua carreira no Dal Pozzo Advogados, onde atuou por sete anos na área de Controladoria Jurídica, sendo responsável por gestão da carteira de processos, controle de documentos, arquivos e prazos, além de otimização de fluxos operacionais e da implementação de tecnologias voltadas para garantir a eficiência e segurança jurídica das operações. Atualmente, integra a área de Contencioso Judicial, com foco no planejamento estratégico das ações, visando à defesa dos interesses dos clientes, especialmente em casos relacionados a atos de improbidade administrativa, sempre avaliando os riscos e benefícios envolvidos nas ações judiciais.

Isabella Azevedo Paganin

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com experiência em diversas áreas do Direito Público, como Direito Ambiental e Internacional, além de Direito Administrativo. Advogada do Dal Pozzo com atuação concentrada na área do Direito Administrativo e com atuação específica em consultoria de projetos de infraestrutura; modelagem jurídica de projetos de concessões e parcerias público-privadas; e acompanhamento de licitações.

João Negrini Neto

Advogado e sócio do escritório Dal Pozzo Advogados. Atua nas áreas do contencioso judicial público, contencioso administrativo, Tribunais de Contas e consultivo. Mestre e Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde também obteve o título de especialista na mesma área. Atualmente é Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI).

Maria Carolina Soares Fontes Ferracini

Pós-graduada em Controladoria, Compliance e Auditoria pela PUC-RS e Direito Digital e Compliance pela Faculdade Damásio Educacional. Bacharel em Direito pela Faculdade Damásio Educacional. Tem experiência de atuação em

diversos ramos do Direito Público, como Direito Administrativo, Fazendário, Constitucional e Tributário. Advogada do Dal Pozzo com atuação concentrada na área do Direito Administrativo e com atuação específica em consultoria de projetos de infraestrutura; modelagem jurídica de projetos de concessões e parcerias público-privadas, acompanhamento de licitações e execução de contratos administrativos.

Maria Luiza Soares Fontes Ferracini

Advogada, pós-graduada em Controladoria, Auditoria e Compliance pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e formada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua na área de gestão estratégica jurídica e faz parte da equipe de Controladoria Jurídica do escritório Dal Pozzo Advogados.

Percival José Bariani Junior

Advogado e sócio do escritório Dal Pozzo Advogados. Alinhado com o pilar de especialização sobre o qual se assentam as práticas do Dal Pozzo Advogados, é Doutorando em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Direito Administrativo pela mesma instituição e bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduado em Direito das Contratações Públicas pela Universidade de La Coruña na Espanha. É membro do Conselho Consultivo da Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI) da Editora Thomson Reuters.

Renan Marcondes Facchinatto

Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Especialista em Direito da Infraestrutura pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas – GVLaw. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Certified Public-Private Partnerships Professional – CP3P (F; P; E). Instrutor Acreditado do Programa de Certificação Internacional Certified Public-Private Partnerships Professional – Foundation Level – CP3P-F. Infrastructure Business Case – Foundation – IBC-F. Cotradutor do Capítulo 1 – PPP: introdução e perspectiva geral do Guia de Certificação Internacional em PPPs da APMG/Banco Mundial.

Victor Gonzalez Jeronimo

Advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM, com experiência em Processo Civil durante a formação. Integra a área da Controladoria Jurídica cumprindo a excelência em gestão estratégica de processos, otimização de fluxos operacionais e implementação de tecnologias para garantir a eficiência e a segurança jurídica das operações.

Victor Silveira Martins

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado com experiência na estruturação de projetos de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada (concessões e parcerias público-privadas), na análise de contratos de infraestrutura e no trabalho de consultoria a agentes de setores regulados, notadamente saneamento básico, educação, habitação, rodovias, ferrovias, transporte coletivo de passageiros e mobilidade urbana.

Vinicius Mendonça Castro Alves Siqueira

Bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo na Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. Monitor nas disciplinas de Fundamentos do Direito Público e Direito Administrativo da PUC-SP. Autor do projeto de pesquisa de iniciação científica “Desafios à Incorporação das Inovações Tecnológicas pelos Contratos de Concessão”, sob a orientação do Prof. Dr. Augusto Dal Pozzo. Estagiário no Dal Pozzo Advogados.